



Nome: Júlio Soares da Rocha Pereira

Mandato: Presidente da Comissão Municipal Electiva Republicana entre 1910-10-28 e 1911-12-28

OBRAS E FACTOS DE MAIOR RELEVO

Qualificação urbana

Conservação de largos, praças, ruas e jardins; reparação das ruas Trindade Coelho, Serpa Pinto e Praça Camões;
Obras na rua que ligava a Praça Almeida Garrett à Travessa do Ribeirinho.

Ambiente

Arborização de estradas;
Obras de saneamento no matadouro público e na projectada Rua do Ribeirinho;
Abastecimento de águas na área do concelho, com a construção de reservatórios e fontanários;
Reparação de fontes e encanamento de água.

Património e urbanismo

Conservação dos edifícios dos Paços do Concelho, Tribunal Judicial, Conservatória, Governo Civil, barracas da Praça Camões e talhos municipais, Escola Distrital de Habilitação ao Magistério Primário, Cadeia Civil, Repartição da Fazenda;
Atribuição do nome de Trindade Coelho à Rua D. Luís I desta cidade, popularmente designada por Costa Pequena.

Área económica e financeira

Orçamento para o ano de 1911
(Receita / despesa...22.851\$740 reis).
(Receita / despesa...22.851\$740 reis).

Educação, cultura e desporto

Assumiu-se o encargo com a instalação de uma escola feminina em Serapicos;
Adquiriu-se o equipamento para a Escola de Habilitação ao Magistério Primário de Bragança.

Diversos

Adjudicação da ocupação do Campo da Feira;
Nomeação de membros efectivos e substitutos que, conjuntamente com o Presidente da Câmara Municipal de Bragança, deviam constituir a Comissão Recenseadora para o ano de 1911;
Indicação de três cidadãos para vogais da Junta do Lançamento das Contribuições;
Nomeação provisória da sr^a D. Maria das Graças Alves para administradora do Asilo Duque de Bragança;
Aprovação das condições para a arrematação do fornecimento de energia eléctrica, para a iluminação pública, particular e usos industriais na cidade de Bragança (reunião de câmara de 13 de Julho de 1911). Foi adjudicada, em reunião de câmara de 26 Outubro de 1911, a António Rodrigues, de Viseu;

Formação, nos termos do decreto de 16 de Dezembro de 1910, da Junta de Repartidores da Contribuição Industrial;
Elevação do Liceu Nacional à categoria de Liceu Central pelo Decreto-Lei de 26 de Maio de 1911. As despesas advenientes do novo estatuto seriam suportadas pelos orçamentos das Câmaras do Distrito de Bragança;
São instalados em Bragança os primeiros efectivos da Guarda Nacional Republicana (1911).